

## Hábitos e modos de vida no interior de Minas Gerais: uma contribuição ao debate sobre a relação cidade-campo no Brasil contemporâneo

### Josarlete Magalhães Soares



Arquiteta Urbanista, Professora Assistente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa [MG], Brasil. <josarlete.soares@ufv.br>.

### Maristela Siolari



Arquiteta Urbanista, Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa [MG], Brasil. <siolari@ufv.br>.

### Fabiana Silva Dias



Arquiteta Urbanista. Viçosa [MG], Brasil. <fabiana\_sd@hotmail.com>.

### Resumo

O objetivo foi investigar relações existentes entre o meio urbano e rural, a partir de padrões de consumo, comportamento e tipo de ocupação e verificar como esses meios têm dialogado, de maneira a contribuir para o conhecimento da realidade local e sobre os modos de organização social e econômica dentro do território brasileiro. O estudo realizado permitiu inferir sobre a necessidade de se incrementar pesquisas sobre o rural e as pequenas cidades no Brasil, a fim de conhecer melhor esses espaços e o sistema urbano brasileiro, explicitando tanto suas novas características como as permanências que ainda os fazem lugares diferenciados.

### Palavras-chave

pequenas cidades, ruralidade, urbanidade.

### Habits and ways of life inside Minas Gerais: a contribution to the discussion about the relationship city-countryside in Brazil today

### Abstract

Starting from a research on consumption patterns, behavior and occupation of a number of families from the municipalities of Ervália and Viçosa, in the State of Minas Gerais, this article discusses some aspects related to the way of social and economic organization in Brazil, especially in regard to the relationship between the urban and rural environment. It is necessary to increase research on rural and small cities in Brazil, in order to better understand those spaces and their relationship to the urban system, explaining both their new characteristics as well as the permanencies that still make them different places.

### Keywords

Small towns, rurality, urbanity.

## 1. Introdução

O contexto de estudo apresentado neste artigo foi identificado durante a execução de um projeto de extensão desenvolvido pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo e pelo Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Esse projeto, denominado “Educação Urbana: construindo cidadania e sociabilidade em escolas públicas de Minas Gerais”, tem atuado desde 2007 junto a crianças do quarto ano de escolas públicas da cidade de Viçosa e, mais recentemente, da cidade de Ervália, ambas em Minas Gerais (RIBEIRO FILHO et al., 2009). São realizadas atividades semanais nas escolas, contemplando temas relacionados aos elementos e agentes sociais que constroem o espaço urbano e também aspectos relativos à vida coletiva nas cidades. Desde o início da implementação do projeto em Ervália, as atividades lá desenvolvidas ganharam um caráter especial devido à presença, na escola onde o projeto é desenvolvido, de várias crianças residentes na Zona Rural do município.

Ervália é um município de pequeno porte, com população total em torno de 18 mil habitantes (SIDRA/IBGE, 2012). Embora cerca de metade da população do município (47,2%) ainda resida na Zona Rural, o poder público municipal e estadual vem adotando uma política de centralização dos equipamentos educacionais no perímetro urbano, alegando o número reduzido de alunos nas escolas rurais. Desse modo, desde 2008 foram fechadas diversas escolas na Zona Rural e os alunos dessas escolas têm sido encaminhados para a Escola Municipal Irany Silva Mattos, localizada no centro da cidade e onde atualmente são desenvolvidas as atividades do projeto de extensão. Tal escola apresenta, assim, um contexto especial, reunindo alunos residentes na Zona Urbana – em bairros periféricos ou no centro da cidade – e alunos da Zona Rural, com hábitos rurais e agora estudantes de uma escola urbana.

Diante disso, a equipe de execução do projeto “Educação Urbana” sentiu a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre essa realidade, trabalhando de maneira mais aprofundada as questões que permeiam a relação entre o campo e a cidade, de modo a subsidiar não só suas futuras ações, mas também processos de planejamento em realidades similares a essa. Nesse sentido, entre os anos de 2011 e 2012 foi realizada uma pesquisa investigativa sobre os padrões de consumo, de comportamento e os tipos de ocupação das famílias dos estudantes atingidos diretamente pelo projeto “Educação Urbana”, tanto em Ervália quanto em Viçosa, de modo a estabelecer relações entre os dois municípios e também entre suas Zonas Urbanas e Rurais. O objetivo deste artigo é apresentar alguns dos resultados dessa pesquisa, de modo a subsidiar a discussão sobre a amplitude do fenômeno urbano não só dentro do contexto de vida dessas crianças e de suas famílias mas também no território brasileiro como um todo. Acreditamos, assim, estar contribuindo para aprofundar o conhecimento sobre os modos de organização social e econômica dentro desse território, sobretudo no que diz respeito à assimilação (ou não) de padrões de consumo e comportamento eminentemente urbanos e como aspectos relativos à vida no meio rural e no meio urbano têm dialogado.

## 2. O debate sobre a relação cidade-campo no Brasil contemporâneo

O século XX foi marcado por um processo de intenso crescimento das cidades no mundo inteiro. No Brasil, o ritmo da urbanização se acelerou principalmente a partir de meados do referido século. Ao longo de apenas trinta anos (entre 1950 e 1980), o percentual relativo entre a população rural e urbana no país se inverteu: de 36% da população vivendo em cidades, em 1950, passamos a 67%, em 1980. Segundo dados do Censo Demográfico 2010, o Brasil possui atualmente 84,4% de seus habitantes residindo em áreas urbanas (SIDRA/IBGE, 2012). Esse processo de urbanização vertiginoso foi resultado do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, que tinha por objetivo alterar o caráter agrário-exportador da economia brasileira, passando então a um modelo baseado na industrialização. Para Brito e Marques (2005, p. 2) houve uma “construção irreversível da hegemonia do urbano, não só como o lócus privilegiado das atividades econômicas mais relevantes e da população, mas, também, com difusora dos novos padrões de relações sociais – inclusive as de produção – e de estilos de vida”.

No entanto, embora seja reconhecido o impacto das transformações ocorridas a partir do crescimento das cidades e da população urbana, alguns autores têm questionado o grau efetivo

de urbanização da população brasileira na atualidade. Segundo José Eli da Veiga (2002), o critério utilizado para a definição das áreas urbanas no Brasil é obsoleto. Tal critério considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. “O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma ‘cidade’ na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes” (VEIGA, 2002, p. 32). O argumento do autor perpassa pelo fato de que a imensa maioria dos municípios de pequeno porte no Brasil possui economia essencialmente fundamentada na utilização direta dos recursos naturais, com forte participação das atividades agrícolas na geração de renda.

Segundo Maria de Nazareth Wanderley (2001, p. 5), o significado das pequenas cidades enquanto expressão de um “ethos urbano”, que organiza, administra e integra uma sociedade local, rural e urbana, não deve ser minimizado. Por outro lado, parece evidente que essas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana. Em grande parte desses municípios, a intensidade do processo de urbanização ainda é frágil, em decorrência da falta de diversificação das atividades econômicas e da oferta de serviços que se concentram nas grandes e médias SOARES; cidades.

Nos pequenos municípios, a maior “presença do mundo rural” pode ser percebida através de diversos indicadores sócio-econômicos e demográficos, tais como: a proporção da população rural no conjunto da população municipal; o número de pessoas que, residindo nas áreas urbanas, trabalham no meio rural; a proporção das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias sobre o conjunto da população ocupada no município. Além disso, a pequena cidade mantém uma série de características específicas do mundo rural, como o povoamento reduzido, a predominância das paisagens naturais e das relações sociais de interconhecimento (WANDERLEY, 2001, p. 6).

Considerando tais especificidades, Veiga (2002, p. 32-34) propõe a utilização de outros critérios na qualificação da população urbana, que seriam: o tamanho populacional, a densidade demográfica e a localização do município (inserido ou não em aglomerações urbanas). Para esse autor, municípios que simultaneamente possuem população menor que 50.000 habitantes e densidade demográfica inferior a 80 hab./km<sup>2</sup> pertencem a um Brasil essencialmente rural. Segundo tais critérios, ao contrário de um grau de urbanização de 84%, teríamos algo em torno de 70% de população efetivamente urbana.

Embora a proposição de José Eli da Veiga possa ser questionada, sobretudo em relação ao seu apego a dados estatísticos em detrimento de uma análise mais qualitativa do ponto de vista sócio-cultural (ver CARLOS, 2003), tem o mérito de levantar a polêmica, chamando a atenção para os contextos sócio-espaciais onde a presença do meio rural ainda é sentida com certa intensidade.

Por outro lado, a influência que as cidades exercem sobre os espaços rurais cresceu substancialmente nos últimos séculos. Henri Lefebvre (1999, p. 15-32), em seu clássico “A revolução urbana”, propõe que a análise sobre o desenvolvimento das cidades seja pensada segundo um continuum que vai da cidade política à zona crítica (a sociedade urbana), passando pela cidade mercantil e pela cidade industrial. De início, os lugares destinados às trocas comerciais estavam excluídos da cidade política, se estabelecendo extramuros. No entanto, com o tempo a troca e o comércio aumentaram. Gradativamente as elites começaram a permitir a entrada dos comerciantes no espaço citadino. A penetração do mercado caracterizou, assim, a passagem para a cidade mercantil: “O espaço urbano torna[ou]-se o lugar do encontro das pessoas e das coisas, da troca” (LEFEBVRE, 1999, p. 22).

Nesse momento, a relação campo-cidade teve sua primeira inflexão: iniciou-se um movimento voluntário do campo em direção aos mercados urbanos. O domínio da cidade sobre o meio rural à sua volta deixou de ser fundamentado na coerção político-ideológica e adquiriu um caráter econômico. Com o advento da cidade mercantil, a vida urbana tornou-se mais agitada. A cidade

transformou-se no lugar central para as inovações e para o provimento de bens e serviços, sendo também o espaço privilegiado da vida em comunidade.

Contudo, foi com o advento da indústria que o processo de urbanização se potencializou. A cidade industrial foi marcada, assim, pela penetração da produção no espaço da cidade, e com ela veio também a classe trabalhadora urbana, o proletariado. O núcleo citadino passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção camponesa, mas a transformá-la numa escala jamais vista. Segundo Lefebvre (1999), esse momento significou a subordinação completa do campo à cidade. O meio rural tornou-se dependente do meio urbano para sua própria produção: ferramentas, implementos, bens de consumo de vários tipos.

Com a entrada da indústria, o espaço urbano cresceu de forma gigantesca, levando à “implosão-explosão” da cidade, ou seja, a enorme concentração de pessoas, atividades, riquezas, objetos, meios e pensamento na realidade urbana e a imensa explosão da própria malha urbana, com o crescimento das periferias, dos subúrbios e das residências secundárias. Para Lefebvre, esse processo precede e anuncia a chamada zona crítica, momento em que estaríamos numa situação de urbanização completa da sociedade. Isso não significaria, obviamente, a extinção das atividades agrícolas ou do próprio meio rural, mas ele se converteria num setor da produção industrial, subordinado aos seus imperativos, submetido às suas exigências. Desse modo, a chamada sociedade urbana seria uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, seria a materialização da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida virtualmente a todo o espaço social.

O resgate da obra lefebvriana na atualidade tem levado outros estudiosos a se alinhar a essa corrente interpretativa. O conceito de “urbanização extensiva”, desenvolvido pelo professor Roberto Luís de Melo Monte-Mór (2006), como colocado pelo próprio autor, foi inspirado na proposta de Lefebvre. A “urbanização extensiva” seria, assim, a

*materialização sócio temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sócio-políticas e culturais intrínsecas à polis e à civitas que tem sido estendidas para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo (MONTE-MÓR, 2006, p. 10).*

Expandem-se, assim, em direção às áreas rurais não apenas os padrões de comportamento e consumo próprios do meio urbano mas também a própria práxis política da cidade. Segundo Monte-Mór (2006), até o século XX havia uma “clareza dicotômica” entre o rural e urbano que os distinguia. Contudo, com a “urbanização extensiva”, as fronteiras passaram a ser algo de difícil definição, uma vez que a cidade e o campo não representam mais “conceitos puros”, ou seja, hoje esses espaços se encontram tão inter-relacionados que não é possível mais definir um isoladamente do outro.

Dentro desse contexto, um aspecto fundamental para a investigação sobre as relações campo-cidade na contemporaneidade é a análise das mudanças pelas quais o meio rural vem passando. Diversos autores têm apontado alterações importantes na estrutura social e econômica das populações rurais (ver ABRAMOVAY, 2000; GRAZIANO DA SILVA, 2001; VEIGA, 2002). Um número crescente de pessoas que residem no campo estão ocupadas hoje em atividades não agrícolas<sup>1</sup> (cerca de 1/3 da população rural em 1999). Essas ocupações não agrícolas cresceram na década de 1990 a uma taxa de 3,7% ao ano, enquanto o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita, caiu significativamente: -1,7% ao ano no mesmo período (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 39).

Mudanças também podem ser observadas na própria estrutura da família rural típica: a gestão da propriedade vem deixando de ser uma atividade familiar para ser desempenhada por apenas um membro da família; o centro das atividades não é mais exclusivamente a agricultura; as famílias vêm se tornando pluriativas<sup>2</sup> ou não agrícolas, embora permaneçam residindo no campo. Conforme aponta Abramovay (2000, p. A3), “apesar do declínio da agricultura, o tecido

social do meio rural mantém-se vivo e sua trama é enriquecida pelo desenvolvimento de novas atividades”.

Segundo Rua (2005; 2006), as investigações sobre as mudanças no meio rural e, principalmente, sobre a relação cidade-campo na contemporaneidade, podem ser reunidas em duas “vertentes” interpretativas principais. É importante destacar que, conforme apontado pelo próprio autor (RUA, 2006, p. 89-90), as diferenças entre essas duas vertentes se referem, sobretudo, às ênfases de abordagem de cada uma delas e não exatamente a antagonismos teóricos.

A primeira vertente, denominada de “abordagem clássica”, tem influência marxista e centra-se na cidade e no urbano como base de organização da sociedade e do espaço contemporâneo. Ressalvadas as diferenças em suas proposições, tal vertente reúne autores como Octávio Ianni, José Graziano da Silva, Milton Santos e Henri Lefebvre. De um modo geral, a “abordagem clássica” trabalha com a idéia de “urbanização do rural”. Dentro dessa perspectiva, a difusão e o aprofundamento das relações capitalistas de produção estão levando ao desaparecimento do rural como entendido tradicionalmente e sua incorporação ao urbano. Em outras palavras, o modo urbano de vida e o capitalismo como processo civilizatório estão a invadir e absorver o campo.

*Se há um movimento de unificação urbano-rural pela lógica capitalista, como acreditamos, com um certo sentido de equalização do espaço, há, por outro lado, muitas manifestações de resistência a essa equalização pretensamente homogeneizadora, que se traduzem por estratégias de sobrevivência das famílias rurais, principalmente daquelas mais pobres e/ou empobrecidas no movimento de integração acima referido, quando buscam manter ou (re)construir suas identidades territoriais (RUA, 2006, p. 88).*

Desse modo, embora reconheça a existência de um movimento de expansão física e de expansão “ideológica” dos padrões de consumo e comportamento urbanos, Rua procura enfatizar a maneira desuniforme e desigual com que esse processo se realiza. O espaço rural na atualidade tornou-se, assim, um espaço híbrido, onde convivem práticas integradas ao movimento geral da economia capitalista e também movimentos de resistência e de criação de alternativas de sobrevivência. O autor propõe o aparecimento de uma territorialidade nova, nem rural nem urbana, resultante de um hibridismo entre esses dois universos e que ainda está por ser definida. Numa tentativa de denominação dessa nova territorialidade, Rua sugere o uso do termo “urbanidades no rural”. “As ‘urbanidades no rural’ seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos” (RUA, 2005, p. 57). Ainda que derivada da segunda corrente interpretativa, como o próprio autor reconhece, a abordagem de Rua procura ir além dela, buscando integrar, em certa medida, as duas vertentes.

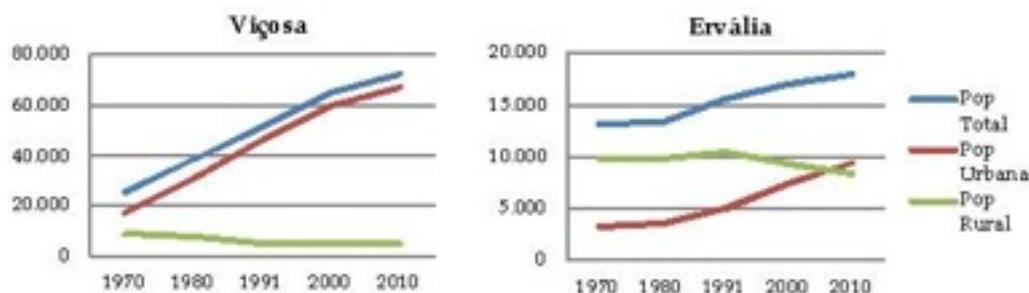
Mesmo frente a divergências, o que parece convergir na interpretação dos diversos autores é que a antiga dicotomia urbano-rural não consegue abarcar toda a complexidade da relação entre esses espaços na atualidade. Embora não exista consenso em relação às novas características que o meio rural vem assumindo, tem-se uma noção clara do dinamismo dessas mudanças e da necessidade de se pensar o rural em conjunto com o urbano. Os diversos estudos têm procurado, assim, contemplar as inter-relações entre eles, tanto econômicas, como sociais e culturais, descortinando suas influências recíprocas e o processo contínuo de mudanças. É nesse sentido que procederemos à análise dos dados obtidos ao longo de nossa pesquisa de campo.

### **3. Apontamentos sobre o universo urbano e rural a partir da pesquisa de campo**

A pesquisa que subsidia o conteúdo deste texto foi realizada nas cidades de Viçosa e Ervália, ambas integrantes da região da Zona da Mata de Minas Gerais (Figura 1). Viçosa possui população em torno de 70 mil habitantes e características eminentemente urbanas, de cidade prestadora de serviços; Ervália tem aproximadamente 18 mil habitantes e economia voltada para as atividades agrícolas. O quadro da evolução populacional dos dois municípios nos últimos quarenta anos é indicativo das diferenças entre eles (Gráficos 1 e 2).



**Figura 1.** Macrorregiões de Minas Gerais e cidades de Viçosa e Ervália. Fonte: Elaboração a partir de dados de Minas Gerais, 2007.



**Gráficos 1 e 2.** Viçosa e Ervália: evolução da população total, urbana e rural (1970-2010).

Fonte: Elaboração a partir de dados de SIDRA/IBGE, 2012.

Viçosa possui população quase integralmente urbana, com grau de urbanização de 93,2% (SIDRA/IBGE, 2012). Já a população de Ervália está distribuída de forma mais equilibrada entre as áreas rurais (47,2%) e urbanas (52,8%) do município. No entanto, a intensidade da urbanização nesta última cidade tem crescido mais recentemente. Em 1970, a população rural representava 75,2% da população do município, em 1991, 67,6% e, em 2000, 55,6%. Por fim, no último Censo Demográfico foi apontada uma inversão dos quantitativos populacionais e, pela primeira vez em sua história, Ervália registrou população urbana superior à população rural. Essa inversão se reflete na economia, sobretudo com o crescimento do setor de serviços. No entanto, em Ervália a agricultura ainda é mais importante para a composição do PIB municipal que em Viçosa (Gráfico 3), o que aponta um vínculo mais forte com o meio rural. Essas diferenças entre os dois municípios enriqueceram os resultados e possibilitaram comparações, conforme veremos.

A pesquisa de campo consistiu no envio de um questionário às famílias das crianças atendidas pelo projeto “Educação Urbana”. Além de questões relativas à identificação da criança e de sua família, sobretudo em relação ao local de residência (urbano ou rural) e à constituição familiar, esse questionário procurou investigar aspectos relativos aos hábitos de vida e de consumo dessa

população, numa tentativa de verificar aproximações e diferenças entre as famílias residentes na Zona Urbana e na Zona Rural. No total, foram entrevistadas 84 famílias em Ervália e 115 em Viçosa.

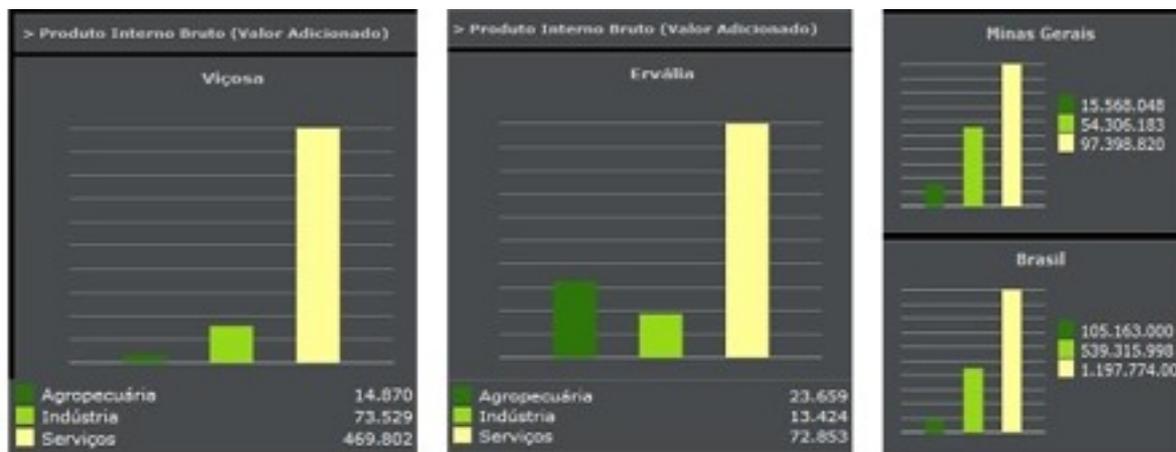
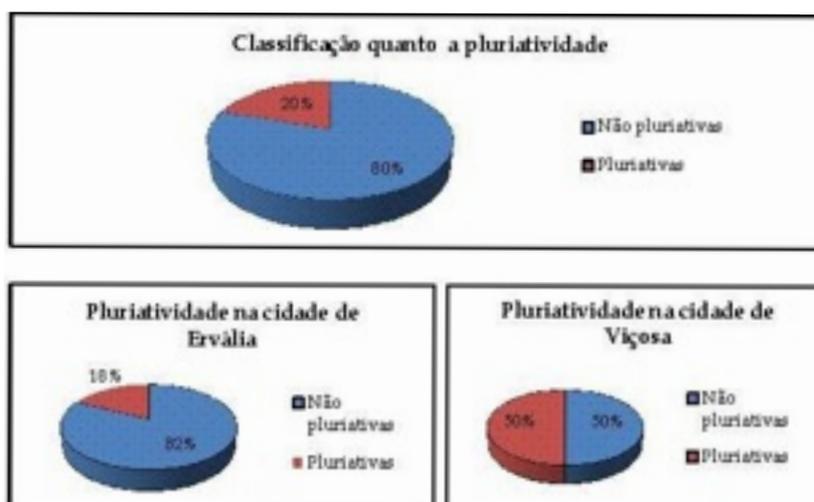


Gráfico 3. Viçosa e Ervália: Produto Interno Bruto. Fonte: IBGE, 2012

#### 4. Identificação da criança e caracterização da família

Conforme era esperado, o percentual de crianças residentes na Zona Rural é maior em Ervália. Neste município, 36,4% das famílias entrevistadas vivem no campo. Já em Viçosa esta proporção é de 92% de famílias urbanas e apenas 8% residentes no meio rural.

Vários autores (GRAZIANO DA SILVA, 2001; VEIGA, 2002) têm apontado, como característica importante do meio rural na atualidade, a incorporação paulatina pelas famílias residentes no campo de atividades não agrícolas complementares à produção agrícola. A renda gerada por essas atividades vem representando uma porção cada vez maior do orçamento familiar, embora as atividades agrícolas ainda representem um importante meio de garantia de alimentação. Nesse sentido, uma das questões elaboradas teve por objetivo identificar a ocorrência da pluriatividade dentro de nosso universo de estudo (Gráficos 4, 5 e 6).



Gráficos 4, 5 e 6. Pluriatividade nas Zonas Rurais. Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

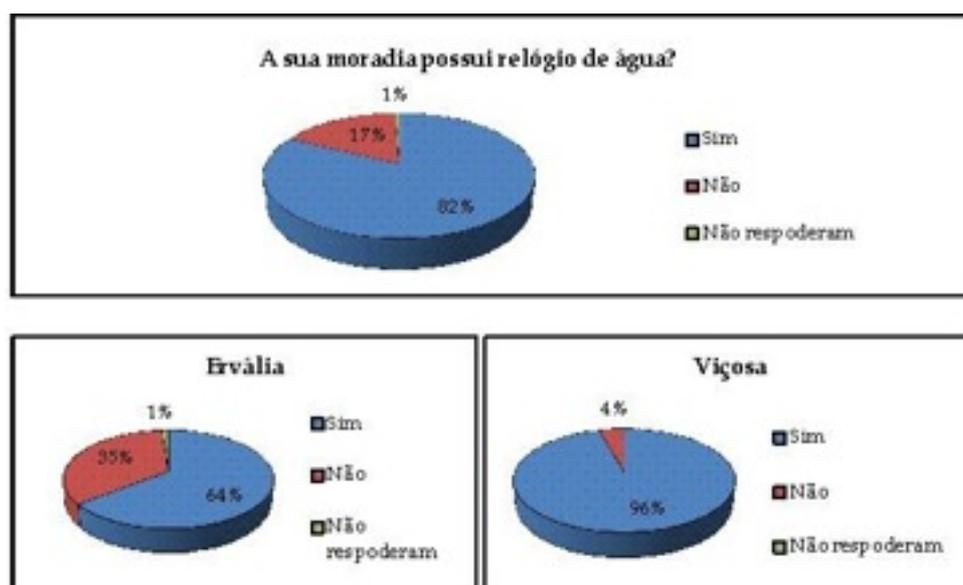
Pela análise dos gráficos percebemos a presença dessa característica no espaço rural investigado, no entanto, sua ocorrência ainda não se apresenta predominante nesse meio. Apesar da proximidade geográfica entre os dois municípios, verificamos que Ervália apresenta

um índice consideravelmente menor de famílias pluriativas se comparado a Viçosa (Gráficos 5 e 6). Embora a amostra de população rural no município de Viçosa tenha sido muito pouco representativa (8% do total das famílias pesquisadas) – o que gera um resultado pouco conclusivo – essa diferença pode ser explicada pela própria economia de cada localidade. A maior intensidade do comércio e da prestação de serviços em Viçosa contribui para a diversificação das atividades familiares, por outro lado, em Ervália a economia permanece fortemente vinculada às atividades agropecuárias, o que leva à manutenção das atividades exclusivamente agrícolas pelas famílias rurais. Desse modo, o universo rural em que desenvolvemos nossas análises ainda se apresenta como predominantemente agrícola.

## 5. Acesso aos serviços públicos e infraestrutura

O meio rural é tradicionalmente caracterizado pelo menor acesso aos serviços públicos e infraestrutura se comparado à cidade. A precariedade dos serviços oferecidos à população residente nas áreas rurais no país é, inclusive, um dos motivos que levam às migrações e ao êxodo rural ainda na atualidade (Wanderley, 2001). Nesse sentido, procurou-se identificar o acesso aos serviços públicos e a presença de infraestrutura básica nos meios urbano e rural pesquisados.

Quanto ao abastecimento de água nas residências (Gráficos 7, 8 e 9), o município de Ervália apresenta um índice consideravelmente maior de residências não ligadas à rede de abastecimento.



**Gráficos 7, 8 e 9.** Residências ligadas à rede de abastecimento de água. Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

Quando comparadas as áreas urbana e rural do município é possível verificar que essa diferença ocorre principalmente devido ao percentual de população rural e urbana entrevistada nos dois municípios. Na Zona Rural a ligação à rede de abastecimento é bem menor que na cidade, como Ervália possui percentual de população rural maior que Viçosa, o número de residências servidas é menor no total do município (Gráficos 10 e 11). Esse resultado apenas confirma o esperado. No meio rural o abastecimento ainda é feito, em sua grande maioria, por poços e nascentes.

Sobre a presença de iluminação pública nas regiões onde as famílias residem, os resultados apresentaram-se semelhantes ao registrado para o abastecimento de água. O meio urbano apresenta-se quase totalmente servido, enquanto na Zona Rural esse serviço encontra-se presente apenas em algumas áreas (Gráficos 12 e 13). Padrão semelhante também se repete em relação à coleta de lixo (Gráficos 14 e 15).



Gráficos 10 e 11: Diferença de abastecimento de água entre Zona Urbana e Rural em Ervália. Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

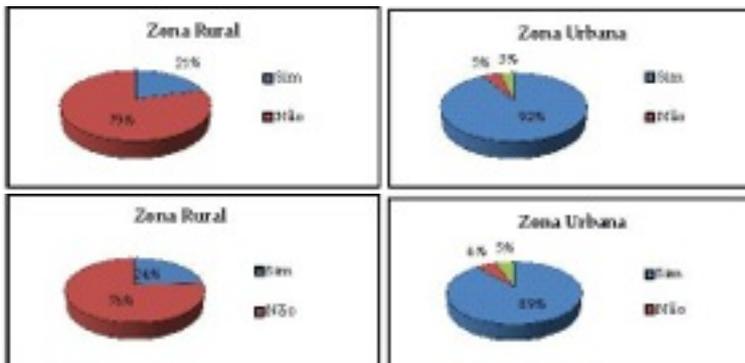


Gráfico 12 e 13. Existência de iluminação pública nas zonas rural e urbana (Viçosa e Ervália). Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

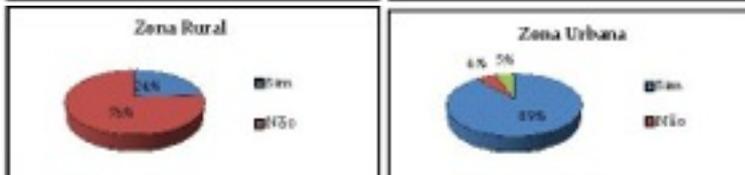


Gráfico 14 e 15. Existência de coleta de lixo nas zonas rural e urbana (Viçosa e Ervália). Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

Outros serviços de cunho público ou privado como pré-escola, telefone público, farmácia, entre outros, também estão concentrados nos centros urbanos. Como pode ser observado, para o contexto em estudo mantém-se uma diferenciação marcante entre áreas rurais e urbanas em relação ao oferecimento de serviços. Por outro lado, os padrões de consumo eminentemente urbanos vem ganhando espaço no meio rural. Comparando os dados obtidos sobre o acesso a diversos bens de consumo (Gráfico 16), foi possível inferir que, em geral, há uma equivalência nas respostas obtidas nos dois municípios. A maior distorção aparece em relação à existência de fogão a lenha, o que já era esperado, uma vez que em Ervália há uma porcentagem maior de famílias residindo no meio rural. A existência de telefone fixo, computador e acesso à internet também apresentou valores diferentes nos dois municípios. Nas residências de Viçosa eles estão mais presentes, o que caracteriza, assim, uma maior facilidade de acesso a esse tipo de bem e/ou tecnologia numa cidade de maior porte.

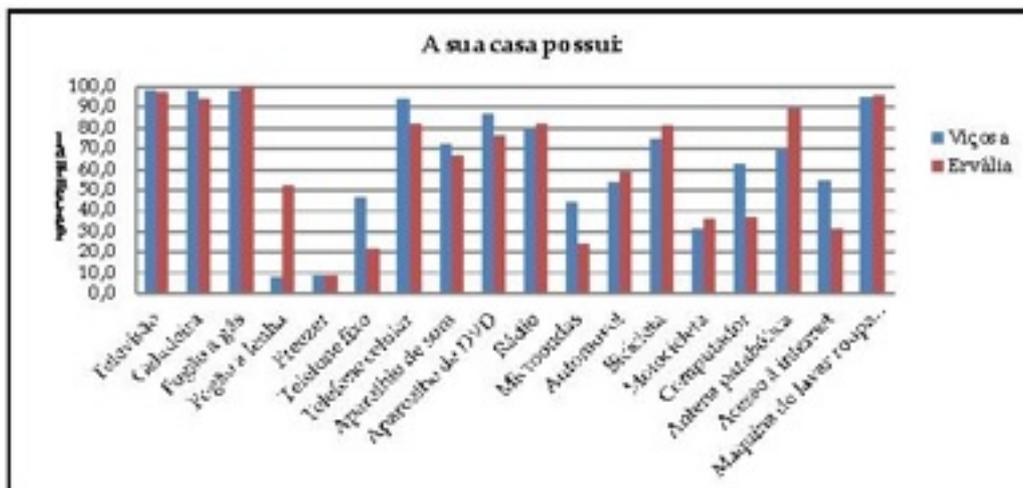
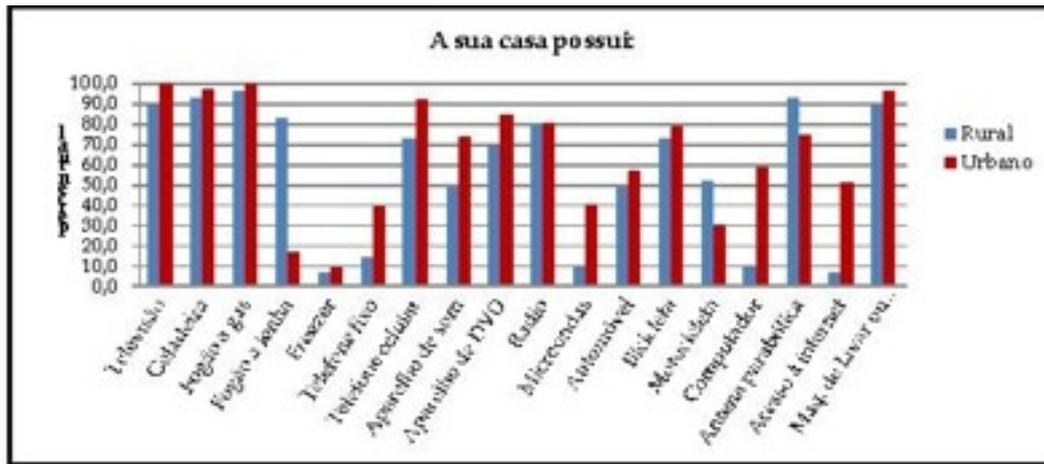


Gráfico 16. Existência de alguns bens de consumo nas residências (Viçosa e Ervália). Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.



**Gráfico 17.** Existência de bens nas residências em Ervália (zonas rural e urbana). Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

### 5. Relações sociais e com a terra

Outro aspecto investigado foi o modo como ocorrem algumas das relações de cada família com a terra e o local onde moram. Autores como Alentejano (2003) e Queiroz (1978) apontam que nas áreas rurais tais relações são mais fortes.

*Não se está dizendo aqui que há uma forma específica de relação com a terra que caracteriza o rural em oposição ao urbano, mas sim que enquanto a dinâmica urbana praticamente independe de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas. (...)*

*Com isso queremos dizer que cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa. É esta intensidade da territorialidade que distingue, em nossa opinião, o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa (ALENTEJANO, 2003, p. 8).*



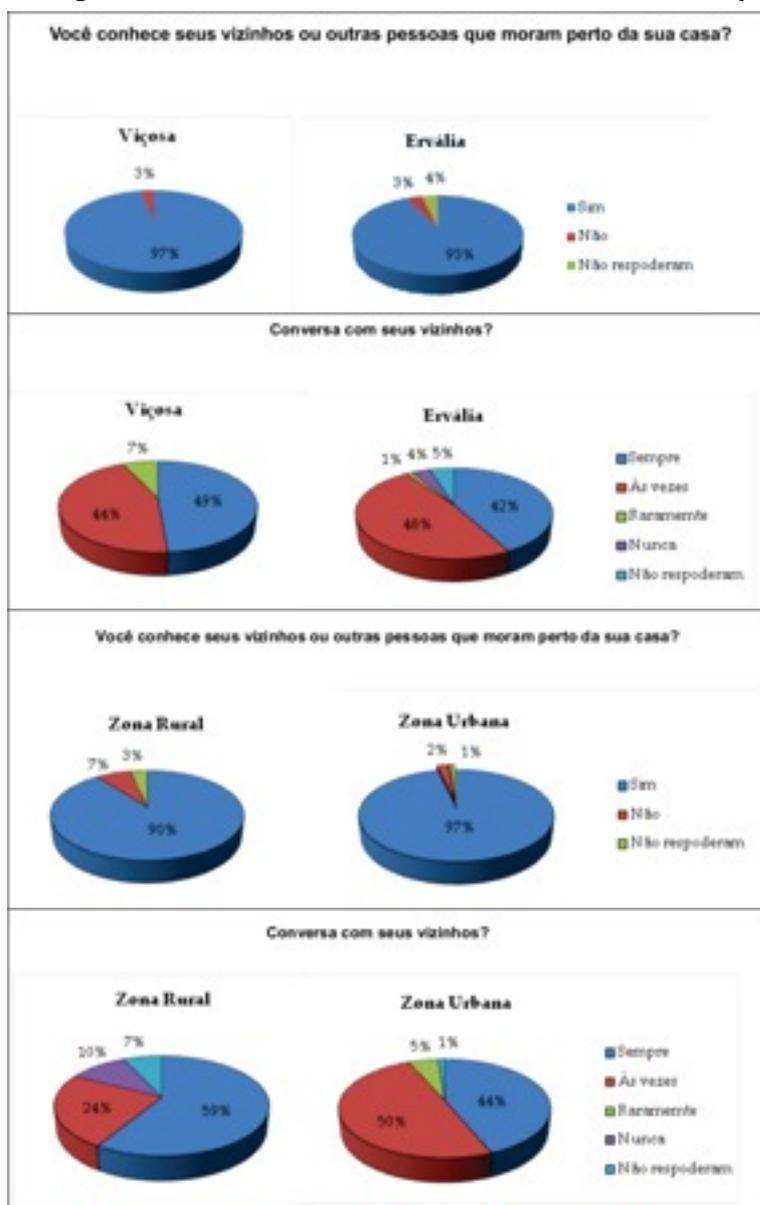
**Gráficos 18 e 19.** Mudanças de domicílio das famílias (Viçosa e Ervália). Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

Tanto a maior permanência das famílias rurais no local de moradia original quanto, por outro lado, a maior mobilidade das famílias urbanas confirmam o maior vínculo que as populações rurais possuem com a terra. Possivelmente, o contato maior com a terra, tanto econômico como social e afetivo, possibilita a manutenção e o reforço desse vínculo. Também foi perguntado sobre a existência de quintal ou área de terreno livre nas residências e o uso que é feito desse espaço. Em Viçosa, o uso para lazer foi o mais citado entre as famílias residentes no meio urbano, seguido do uso para plantio de hortaliças. Em Ervália, as famílias no meio urbano apontaram o plantio de hortaliças como principal uso e, em seguida, o lazer. Para as famílias residentes no meio rural, tanto em Viçosa quanto em Ervália, o uso mais citado foi o plantio de hortaliças,

seguido pela criação de animais. O uso para lazer no meio rural ficou na quarta colocação em relação ao número de citações pelas famílias. Esses resultados corroboram as afirmações de Alentejano (2003) apontadas anteriormente: o uso da terra de maneira mais estritamente associada à alimentação e à sobrevivência da família ainda marca o meio rural, materializando uma territorialidade e uma vinculação local mais intensa.

### 6. Relações sociais de interconhecimento

Conforme apontado por Maria de Nazareth Wanderley (2001, p. 6), nas pequenas cidades as relações sociais se baseiam, muitas vezes, nos diversos graus de interconhecimento entre os indivíduos, reproduzindo padrões característicos do meio rural. Buscando identificar, em certa medida, a intensidade das relações sociais no meio rural e no meio urbano, foi perguntado se as crianças e seus familiares conheciam seus vizinhos e com que frequência conversavam com eles. As respostas para essas perguntas foram semelhantes nos dois municípios e também não houve divergência considerável entre Zona Rural e Zona Urbana (Gráficos 20 a 27).



**Gráficos 20 e 21.** Relação com os vizinhos – conhecimento (por municípios). Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

**Gráfico 22 e 23.** Relação com os vizinhos – frequência de conversas (por municípios). Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

**Gráfico 24 e 25.** Relação com os vizinhos – conhecimento (por zonas). Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

**Gráfico 26 e 27.** Relação com os vizinhos – frequência de conversas (por zonas). Fonte: Elaboração a partir de dados tabelados após aplicação dos questionários.

Embora tenha ocorrido algumas variações entre as respostas, sobretudo em relação ao percentual maior de contato frequente entre vizinhos na Zona Rural, de modo geral os índices se aproximam bastante, tanto na comparação entre os dois municípios quanto na comparação entre

área urbana e área rural. Este padrão semelhante leva a inferir sobre a manutenção de um certo perfil de convívio nas cidades do interior, ainda presente mesmo em cidades médias. No entanto, entendemos que a questão por si só não explicita a realidade de convivência entre os vizinhos, embora aponte a existência desse contato. A averiguação da intensidade dessa relação só seria possível por meio de uma pesquisa qualitativa.

## 7. Considerações Finais

As relações entre os espaços rurais e urbanos no Brasil vêm ganhando grande complexidade na contemporaneidade. Diversos estudos têm sido produzidos, apontando para um processo de abandono da análise dicotômica e a necessidade de estudar esses espaços em suas relações de interdependência e reciprocidade.

No entanto, pudemos perceber que, embora as relações entre esses espaços estejam cada vez mais estreitas, certas características ainda lhes dão alguma particularidade. Através dos resultados dos questionários, verificamos que Ervália, uma cidade de pequeno porte, guarda diferenças em relação à Viçosa, uma cidade de médio porte. Em Ervália, o acesso aos serviços, o perfil de vida, as relações sociais possuem mais características do mundo rural do que as identificadas em Viçosa. Apesar de Ervália já possuir maioria dos habitantes residindo na Zona Urbana, o espaço rural ainda exerce forte influência social e econômica no município como um todo.

Por outro lado, diversas transformações vêm ocorrendo nas áreas rurais das pequenas cidades. Dentro do nosso universo de análise, o acesso dos moradores dessas áreas a eletrodomésticos e equipamentos de telecomunicação é grande. O que aponta para um crescimento do padrão de consumo urbano no meio rural. Contudo, algumas características intrínsecas da vida no campo se mantêm, como o uso do fogão a lenha e a captação de água em poços e nascentes. Dentro do contexto investigado, o entendimento do rural como um espaço híbrido, conforme defendido por Rua (2005; 2006), pareceu-nos uma linha de investigação adequada, na medida em que atenta tanto para os aspectos mais gerais e de uniformização do espaço como para as particularidades que ainda se mantêm presentes (e que talvez se mantenham ou mesmo se aprofundem).

Por fim, cabe ressaltar a necessidade de se incrementar as pesquisas sobre o rural e as pequenas cidades no Brasil. Faz-se necessário conhecer melhor as relações entre esses espaços e o sistema urbano brasileiro, explicitando tanto suas novas características como as permanências que ainda os fazem lugares diferenciados.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Desafios impostos pela volta do homem ao campo. **Gazeta Mercantil** [on line], 02 de outubro de 2000, p. A3. Disponível em: <[http://www.abramovay.pro.br/artigos\\_jornal/2000/Desafios\\_impostos\\_pela\\_volta.pdf](http://www.abramovay.pro.br/artigos_jornal/2000/Desafios_impostos_pela_volta.pdf)>. Acesso em 18 de abril de 2011.

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, ano 19, v. 2, n. 21, p. 25-39. 2003.

CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?” **Geosp**, v. 13, p. 179-187. 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados** [on line], v. 15, n. 43, p. 37-50. 2001. Disponível em: <<http://www.grupochochlavi.org/php/doc/documentos/velhosynovos.pdf>> Acesso em 22 de setembro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 05 de abril de 2012.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte, Ed. UFMG. 1999.

SOARES, J.M.; SIOLARI, M.; DIAS, F.S. Hábitos e modos de vida no interior de Minas Gerais: uma contribuição ao debate sobre a relação cidade-campo no Brasil contemporâneo. **Labor & Engenho**, Campinas [Brasil], v.8, n.1, p.05-17, 2014. Disponível em: <[www.conpadre.org](http://www.conpadre.org)>.

---

MINAS GERAIS. Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GeoMINAS. Disponível em: <<http://www.geominas.mg.gov.br>>. Acesso em 14 de novembro de 2007.

MONTE-MÓR, R. L. M. **O que é urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte [MG]: UFMG/CEPLAR, 2006. (Texto para discussão; 281).

QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**: ensaios. São Paulo [SP]: EDUSP, 1978.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações campo-cidade: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE** [on line], 2. 2005. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/downloads/revista2.pdf>>. Acesso em 22 de agosto de 2011.

———. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária** [on line], 1, p.82-106. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781/6895>>. Acesso em 22 de agosto de 2012.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas [SP]: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**, v. 23, p. 05-35. 2004. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_3.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_3.pdf)>. Acesso em 12 de novembro de 2011.

———. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife, UFPE. 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.html>>. Acesso em 03 de maio de 2011.